

mente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia e suas controladas se tornaram uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando as mesmas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

**Aplicações em cotas de fundos de investimento:** As aplicações financeiras são contabilizadas com base nos extratos de movimentação de aplicações financeiras enviados mensalmente pelas instituições financeiras e os seus resultados são reconhecidos pelo regime de competência. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem seus passivos emitidos inicialmente na data em que são originados pelo respectivo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados com base "pro rata die" e das variações monetárias e cambiais, se houver, auferidas até a data do balanço e ajustados.







24. Capital social e reservas: a. Capital social:

O capital social da controladora é representado por 2.617.962 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Ações ordinárias em quantidade		
2024	2023	
2.617.962	2.665.872	
<b>Emi</b>	<b>2.617.962</b>	
Em 2024 houve a emissão de 35.343 novas ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto. As novas ações foram subscritas nos termos do plano de outorga de opção de compra de ações em 19/11/2024. As novas ações foram emitidas pelo Preço de Exercício de R\$ 195,60 por ação, totalizando R\$ 6.913.090,80. Para cada ação, foi destinado R\$ 1,00 ao aumento do capital social e o restante, no valor de R\$ 194,60, foi destinado a conta de reserva de capital de acordo com o Plano SOP (Plano de pagamento baseado em ações).		
<b>a. Ações ordinárias:</b> Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e no Acordo de Acionistas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.		
<b>b. Reserva de capital:</b> Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de capital da Companhia é composto pelo montante de R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) e R\$ 266.859,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) em 31 de dezembro de 2023.		
<b>c. Reserva Legal:</b> Foi constituído valor de R\$ 7.068,62 (Sete mil sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) na Reserva Legal, perfazendo o montante de R\$ 2.756.719 (Dois milhões setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dezesseis reais) valor assim que não ultrapasse o limite de 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.		
<b>d. Reserva de Retenção de Lucros:</b> Em 2024 foi constituída R\$ 172.912,351 de Resultado do Período na Reserva de Retenção de Lucros, aos quais R\$ 162.882,923 foram destinadas a conta de Dividendos e R\$ 13.530,360 utilizado para pagamentos das recompras das ações do Plano de Opções de Ações conforme nota explicativa nº 24(e). A constituição da Reserva de Retenção de Lucros será aprovada em Assembleia Geral Ordinária.		
<b>Dividendos provisionados a pagar:</b>		
2024	2023	
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	9.454.401	7.743.231
Alvorada e Serviços e Negócios Ltda.	52.674.525	43.140.861
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	18.908.772	15.486.436
	<b>81.037.698</b>	<b>66.370.528</b>

Valores em		
2024	2023	
Lucro Líquido	172.912.351	126.312.700
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(7.069)	(236)
<b>(-) Base para distribuição de dividendos</b>	<b>172.905.283</b>	<b>126.312.464</b>
(-) Antecipação de dividendos em 2024	(81.845.225)	(51.680.971)
<b>(-) Saldo disponível para Dividendos</b>	<b>91.060.058</b>	<b>74.631.493</b>
Dividendo mínimo obrigatório 33% após reserva legal	57.058.743	41.683.113
<b>(-) Dividendos Propostos</b>	<b>81.037.698</b>	<b>66.370.528</b>
<b>Dividendos totais 2024</b>	<b>162.882.923</b>	<b>118.051.499</b>

A Companhia realizou a antecipação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com base no balanço trimestral, no montante de R\$ 81.845.225, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho em 18/07/2024.

**Composição dos acionistas da Controladora:** A quantidade de ações emitidas pela companhia e seus respectivos titulares está assim demonstrada:

	Qtde. de ações detidas	% participação
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	1.732.817	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	621.948	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	311.107	11,67%
	<b>2.665.872</b>	<b>100,00%</b>

	Qtde. de ações detidas	% participação
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	1.701.675	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	610.771	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	305.516	11,67%
	<b>2.617.962</b>	<b>100,00%</b>

**e. Remuneração com base em ações (Opção de Ações): (a) Objetivo e Diretrizes do plano:** A Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações em 06 de Maio de 2020 na Ata de Reunião de Conselho de Administração, limitado a 157.078 ações a serem outorgadas até a data de 31 de Dezembro de 2024, tem por objetivo a criação de mecanismo que favorecem a identificação, formação e desenvolvimento dos seus profissionais, por meio de uma operação mercantil, onde serão oferecidas Opção de Ações da Companhia a valor justo, na qual o profissional realizará o pagamento a Companhia por tais opções. **(b) Características do plano:** Os participantes do plano além de serem superiores ao cargo de gestão precisam estar elegíveis as características criadas pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), formado pelos sócios, administradores e diretores executivos. O Comitê Executivo possui uma prática de avaliar os colaboradores, com o objetivo de identificar os potenciais destaques para a Companhia, sendo assim uma forma de identificar quais serão os colaboradores elegíveis ao SOP (Plano de pagamento baseado em ações). Algumas das características de análise e enquadramento pelo Conselho são as seguintes: (i) meritocracia; (ii) engajamento com a cultura e ética da Companhia; (iii) histórico do colaborador, considerando o período na Companhia; (iv) proatividade e engajamento com o futuro da Companhia; e (v) dentre outros fatores qualitativos. **(c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos:** i) O valor justo da data de concessão das Opção de Ações foi calculado considerando o EBTIDA, conforme Plano de Ações estipulada pelos acionistas e assinadas pelos Opcionistas; (ii) Valor do prêmio nas outorgadas das opções foi mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton; (iii) Variação entre os períodos, são corrigidos pelo indexador - IPCA; (iv) Valores em reais - R\$; (v) o registro contábil do plano de opção na data da outorga foi realizado considerando a data da aquisição do direito pelo beneficiário e seguindo as diretrizes do CPC 10, com o respectivo reconhecimento do caixa em contrapartida ao patrimônio líquido, ao valor registrado de R\$ 5.292.768 em 2024 e (R\$ 4.266.007 em 2023).

	Preço médio de compra por ação R\$	# Opções
Em 1º de Janeiro de 2020		
Concedida durante o período	100,37	47.910
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	-	-
Expirada durante o período	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100,37</b>	<b>47.910</b>
Concedida durante o período	195,60	35.997
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	-	-
Expirada durante o período	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>141,22</b>	<b>83.907</b>
Concedida durante o período	361,67	26.438
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	100,37	47.910
Expirada durante o período	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>265,92</b>	<b>62.435</b>
Concedida durante o período	436,58	27.622
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	269,47	1.178
Expirada durante o período	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>318,91</b>	<b>88.879</b>
Concedida durante o período	589,53	18.457
Prescrita durante o período	-	-
Exercida durante o período	195,60	35.343
Expirada durante o período	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>448,83</b>	<b>71.993</b>

	2024	2023	2022	2021	2020
Total de opções do programa	157.078	157.078	157.078	157.078	157.078
Reunião do Comitê de remuneração	19/11/2024	01/09/2023	09/09/2022	30/08/2021	24/06/2020
Total de opções outorgadas	18.457	27.622	26.438	35.997	47.910
Total de opções em circulação	71.339	88.879	62.435	83.907	47.910
Preço de exercício da ação	589,53	436,58	R\$ 361,67	R\$ 195,60	R\$ 100,37
Valor Justo da opção	589,53	436,58	R\$ 361,67	R\$ 195,60	R\$ 100,37
Vencimento médio remanescente (em anos) 1	2 anos e 3 meses	1 anos e 3 meses	3 meses	-	-
Vencimento	31/03/2027	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2022
Preço da recompra da ação					R\$ 361,67
Duração da ação	2 anos e 4 meses	2 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses	2 anos e 7 meses	1 anos e 9 meses

25. Receita operacional líquida:

Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Receita Operacional Bruta	986.153	86.495	566.372
Recuperação de Crédito (a)	277.230.811	-	208.928.416
Serviços prestados (b)	-	-	-
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>(13.856.871)</b>	<b>(10.439.558)</b>	<b>(1.874)</b>
(-) ISS	(1.809.681)	(1.427)	(1.366.621)
(-) PIS	(8.352.361)	(6.574)	(6.307.465)
(-) COFINS	254.198.052	78.494.191	381.143
	103.073		
(a) Nas receitas de recuperação de crédito estão registradas as recuperações brutas de crédito referente as carteiras adquiridas pela Companhia e suas controladas. (b) As receitas de serviços prestados são provenientes de taxas de gestão de fundos de investimento e aos serviços prestados de gestão de cobrança das carteiras de crédito, dos fundos e empresas abaixo relacionadas:			
<b>Nome do Fundo</b>		<b>CNPJ</b>	
Itapeva XII Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		30.366.229/0001-05	
Responsabilidades LTDA		30.366.204/0001-01	
Itapeva XI Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		22.443.425/0001-08	
Responsabilidades LTDA		25.316.863/0001-01	
SPDA - Habitação FIDC NP		60.746.948/0001-12	
<b>Nome da Empresa</b>		<b>CNPJ</b>	
Banco Bradesco S.A.		04.184.779/0001-01	
Banco Bradescard S.A.		07.207.996/0001-50	
Banco Bradesco Financiamentos S. A		22.626.868/0001-34	
PRA Group Brasil Empreendimentos e Participações Ltda			
<b>26. Despesas com pessoal:</b>			
2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Salários	11.374.604	-	9.620.343
Pró-labore	452.634	452.634	426.852
Férias	1.919.712	-	1.677.914
13º salário	1.292.551	-	1.148.321
INSS	2.559.289	90.527	1.064.498
FGTS	1.011.166	-	846.078
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	3.757.445	27.081	3.087.791
Vale Transporte	1.201.347	-	939.250
Assistência Saúde	2.261.182	136.477	1.691.120
Gratificações - Bonus	2.450.352	2.450.352	532.123
Gratificações - PLR	12.545.530	125.547	9.366.815
Provisão - PLR & Bonus	204.760	387.120	4.106.921
Outras	892.372	8.250	560.708
	<b>41.922.943</b>	<b>3.677.988</b>	<b>35.068.734</b>
			<b>1.901.260</b>

**27. Despesas de cobrança:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesa com cobrança extrajudicial (a)	3.549.176	22.134	952.391
Despesa com cobrança judicial	200.055	1.208	571.270
Despesa com contencioso passivo	466.109	7.666	648.971
Despesa com gestão de cobrança	(97.101)	(10.148)	19.003
Despesa de taxa de liquidação	19.099	6.901	32.524
	<b>4.137.338</b>	<b>27.761</b>	<b>2.224.158</b>

(a) A variação é oriunda do aumento das demandas com o Banco Bradesco S.A., tendo em vista que as contratações dos escritórios de cobrança passaram a ser feitas pelas empresas do Grupo RCB.

**28. Despesas administrativas.**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Assessoria de recursos humanos	822.855	37.458	603.560
Assessoria jurídica	179.778	13.176	121.239
Despesa com contabilidade e auditoria	1.161.201	282.720	952.674
Despesa com informática (a)	2.305.347	39.515	1.747.569
Despesa com limpeza e conservação	208.155	824	178.535
Despesa com seguros	3.914	1.202	4.209
Despesa com viagens	427.655	-	371.840
Despesas com comunicação/telefonia	407.909	7.931	409.279
Despesas com locação de máquinas e equipamentos	97.324	1.730	155.583
Despesas com Associação de Classe	274.634	-	24.561
Despesas com marketing digital	247.083	-	272.433
Despesas com ocupação	378.402	130.971	402.491
Serviços prestados por terceiros	300.482	73.600	707.000
Outras	285.075	104.886	267.788
	<b>7.099.811</b>	<b>694.012</b>	<b>6.218.760</b>

(a) Valores apresentandos correspondem a despesas com sistema de informática, dentre outros.

**29. Depreciação e Amortização:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Amortização	188.532	16.873	264.311
Depreciação	343.283	6.199	261.321
Depreciação e amortização - Direito de uso	2.637.015	283.176	2.058.337
	<b>3.168.829</b>	<b>306.247</b>	<b>2.583.969</b>

**30. Demais Despesas:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesas com locação	125.549	87.582	348.511
Tributárias*	125.549	87.582	348.511
			<b>(267.497)</b>

\*Em 2024 o saldo de IOF sobre aplicações financeiras foi contabilizado no grupo de despesas financeiras referenciado na nota explicativa 32.

**31. Outras Receitas:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Reembolso de despesa dos clientes - aluguel de equipamentos	(926.504)	-	(926.504)
Outras Receitas não operacionais	(327)	(327)	-
	<b>(926.831)</b>	<b>(327)</b>	<b>(926.504)</b>

**32. Resultado Financeiro Líquido:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Receitas financeiras	7.507.588	252.401	5.817.543
Rendimentos de aplicação em renda fixa	100.496	62.980	424.762
Outras receitas financeiras	7.608.085	315.381	6.242.304
			<b>374.554</b>

**Despesas financeiras**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Tariffas bancárias	(40.689)	(4.013)	(31.046)
Juros passivos	(928)	(589)	(49.732)
Juros s/ arrendamento	(448.974)	(103.977)	(591.786)
IOF s/ aplicações	(179.761)	(46.957)	-
Outras despesas financeiras	(14.665)	(14.665)	(17.417)
	<b>(685.017)</b>	<b>(170.201)</b>	<b>(689.980)</b>
	<b>6.923.067</b>	<b>145.180</b>	<b>5.552.324</b>

**Receitas financeiras líquidas**

"Em 2023 o saldo de IOF sobre aplicações financeiras estava contabilizado no grupo de demais despesas referenciado na nota explicativa 30. Em 2024 a movimentação foi considerada no grupo de despesas financeiras.

**33. IRPJ e CSLL:**

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
IRPJ pessoa jurídica - 15%	14.449.910	-	11.103.165
IRPJ pessoa jurídica adicional - 10%	9.561.273	-	7.338.110
CSLL sobre o lucro líquido - 9%	8.669.946	-	6.661.899
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>32.681.130</b>	<b>-</b>	<b>25.103.174</b>
Corrente	32.681.130	-	25.103.174
Diferido sobre Receita a realizar (*)	-	-	-
<b>Despesas dos exercícios</b>	<b>32.681.130</b>	<b>-</b>	<b>25.103.174</b>

**Movimentação do controle de Crédito Tributário (não ativado):** A Controladora realizou a reversão dos saldos diferidos em 2016 por não haver expectativa de lucro tributável. Conforme o CPC 32, os valores advindos de prejuízos fiscais poderão ser reconhecidos contabilmente, a partir do momento que se tenha previsibilidade de lucros tributáveis. O valor que não está mensurado ("off balance"), mas que poderá ser remensurado na Controladora nos próximos exercícios, diante das exigências estabelecidas pelo CPC 32 é de R\$ 11.178.939 em 2024 (R\$ 9.754.734 em 2023), conforme a tabela abaixo:

2024		2023	
Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Constituição de Crédito Tributário	6.109.042	6.109.042	1.569.553
<b>Saldo do imposto diferido em 2021</b>	<b>7.678.595</b>	<b>7.678.595</b>	<b>1.569.553</b>
Constituição de Crédito Tributário	1.550.840	1.550.840	525.298
<b>Saldo do imposto diferido em 2022</b>	<b>9.229.436</b>	<b>9.229.436</b>	<b>525.298</b>
Constituição de Crédito Tributário	1.424.205	1.424.205	1.424.205
<b>Saldo do imposto diferido em 2023</b>	<b>11.178.939</b>	<b>11.178.939</b>	<b>1.424.205</b>

**34. Partes relacionadas:** Os principais saldos em 31 de dezembro de 2024, decorrem de transações com os controladores e suas controladas, além dos profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas. **Descrição das controladas:** As controladas direta da Empresa são: RCB Portfólios Ltda; Itapeva Recuperação de Crédito LTDA. e Divvero Recuperação de Créditos Ltda. As operações com partes relacionadas, decorrem basicamente da prestação de serviços de gestão de carteira, e das transações de pagamentos de despesas administrativas pelas suas controladas. **Participação em controladas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas respeitando as condições normais de mercado, conforme apresentado abaixo:

**RCB Investimentos S.A.:**

2024		2023		
Controladas	Controladas	Controladas	Controladas	
Itapeva Recuperação	RCB Portfólios	Divvero Recuperação	Itapeva Recuperação	
Ativo				
Outros créditos	-	-	104.702	
Despesas custeadas pela Empresa pertencentes as controladas	-	-	48.043	
Passivo				
Outros débitos	-	-	(363)	
Despesas custeadas pela Empresa pertencentes as controladas	-	-	-	
<b>Despesas</b>				
Despesas de cobrança	3.831	-	61.023	
Despesas de cobranças com as controladas	-	-	-	
<b>Movimentação com parte societária controlador:</b>				
	2024	2023		
	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.		
	802.611	802.611		
Ativo				
Contas a receber de clientes	6.552.270	9.208.452		
Despesas custeadas pela Itapeva pertencentes ao Grupo Bradesco do Banco Bradesco	1.542.195	867.194		
Passivo				
Contas a receber de clientes	-	-	-	
Outros créditos	-	-	-	
Despesas custeadas pela Divvero pertencentes ao Grupo Bradesco do Banco Bradesco	-	-	-	
<b>Receitas</b>				
Receita de Cobrança Bradesco	-	-	-	
Prestação de serviço da Itapeva para o Grupo do Banco Bradesco.	-	-	-	
<b>Receitas</b>				
Receita de Cobrança	88.407	103.59	408.429	
Prestação de serviço da Divvero para o Grupo do Banco Bradesco.	-	-	-	
<b>Receitas</b>				
Receita de Cobrança Bradesco	-	-	-	
Prestação de serviço da Portfólios para o Grupo do Banco Bradesco.	-	-	-	
<b>35. Contingências:</b> A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Companhia possui o valor de provisão para contingência civil judicial no montante de R\$ 420.345 consolidado e controladora no montante de R\$ 5.121 conforme nota explicativa nº 22 ("Outras provisões").				
<b>Composição contingências:</b>				
	Consolidado	Controlada		
	Ações	Valor	Ações	Valor
<b>Cível</b>	<b>667</b>	<b>631.837</b>	<b>15</b>	<b>15.364</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	2.400	-	369
Atualização monetária	(190)	(126.600)	(9)	(7.820)
Constituições líquidas (reversão e baixa)	(36)	(87.292)	(1)	(2.792)
Pagamentos	821	420.345	5	5.121
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>821</b>	<b>420.345</b>	<b>5</b>	<b>5.121</b>
A empresa não possui processos civis, fiscais ou trabalhistas em andamento que possam ser considerados como possíveis. <b>36. Gerenciamento de Risco:</b> Devido a natureza de suas operações, a Companhia e suas controladas estão exp				

<div><div>continuação</div><div>demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com</div></div> <div><div>RCB Investimentos S.A.</div><div>base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em</div></div> <div><div>nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</div><div>São Paulo, 24 de janeiro de 2025.</div><div>KPMG Auditores Independentes Ltda.      Gustavo Mendes Bonini - Contador CRC 2SP-027685/O-0 F-SP      CRC 1SP296875/O-4</div></div>
--

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Aviso aos Acionistas

**Athena Healthcare Holding S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, 18º andar, sala B, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 26.753.292/0001-27, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.499.514 (“Companhia” ou “Athena Healthcare”), comunica aos seus Acionistas que: A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada, em primeira convocação, em 02 de janeiro de 2025 (“AGE”), aprovou, dentre outras matérias, o grupamento da totalidade das 2.368.442.574 (duas bilhões, trezentas e sessenta e oito milhões, quatrocentas e quarenta e duas mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo fator de grupamento de **210.000 (duzentas e dez mil)** ações para formar **1 (uma)** ação, sem a modificação do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.) (“Grupamento de Ações”). As principais características e impactos do Grupamento de Ações estão devidamente descritos nos itens a seguir: **A) Do Grupamento de Ações da Companhia. 1. Fator de Grupamento:** O fator de grupamento foi aprovado na AGE na proporção de 210.000 (duzentas e dez mil) ações ordinárias para cada **01 (uma)** ação ordinária após o Grupamento de Ações. **2. Ajuste da Posição Acionária:** Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, a encerrar-se no dia 17 de março de 2025, para que os Acionistas detentores de ações ordinárias possam, a seu exclusivo critério, ajustar suas posições de ações em lotes múltiplos de 210.000 (duzentas e dez mil) ações, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos 1 (uma) ação após a efetivação do Grupamento de Ações. A administração da Companhia poderá se engajar no auxílio aos Acionistas que manifestarem seu desejo de permanecer na Companhia com ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações. **3. Tratamento das Frações Remanescentes:** Transcorrido o prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos Acionistas da Companhia, ou seja, a partir de 17 de março de 2025, as eventuais frações de ações resultantes do Grupamento de Ações serão reembolsadas, pela Companhia, aos Acionistas que não ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 210.000 (duzentas e dez mil) ações no prazo previsto no **item 2** acima, devendo os recursos serem transferidos para a conta bancária dos referidos Acionistas cadastradas na Companhia ou, para os Acionistas que não tenham dados bancários cadastrados na Companhia, os recursos ficarão disponíveis para retirada, pelos referidos Acionistas, na sede da Companhia. A Companhia manterá seus Acionistas e o mercado em geral informados sobre eventuais novas informações do assunto objeto do presente aviso aos Acionistas. São Paulo/SP, 13 de fevereiro de 2025. **Athena Healthcare Holding S.A., Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente; **Carmem Campos Pereira** – Diretora Financeira.

Ibitu Energia S.A.

CNPJ/FM nº 31.908.280/0001-64 – NIRE 35.300.527.291

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Em 11 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da **Ibitu Energia S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, por estar presente o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia (“Acionista”). **3. Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos**; Secretária: **Viviane de Oliveira Soares**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: *(i)* a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais) por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 720.000.000 (setecentas e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; *(ii)* a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir as alterações do capital social e *(iii)* autorização para que a Diretoria da Companhia pratique ou exerça todas e quaisquer atos relacionados à implementação da Ordem do Dia. **5. Deliberações:** O Acionista presente resolveu aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25 (um bilhão, seiscentos e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), para R\$ 888.917.852,25 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), uma redução de capital, portanto, de R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais), com o cancelamento de 720.000.000 (setecentas e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 (um real) cada. 5.1.1. Consignar que, nos termos do § 1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.1.2. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.1.1 acima, desde que constatada a inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.3. Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante R\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais), será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.2. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: “**Artigo 5º.** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 888.917.852,25 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 888.917.852 (oitocentas e oitenta e oito milhões, novecentas e dezessete mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.” 5.3. O Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda. “**A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio**”. São Paulo, 11 de fevereiro de 2025. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; Viviane de Oliveira Soares – Secretária. **Acionista:** Astra Infraestrutura I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda.

Athena Bahia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.962.115/0001-70 – NIRE 35.300.579.241

Aviso aos Acionistas

**Athena Bahia Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8501, 18º andar, sala H, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 43.962.115/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35300579241 (“Companhia” ou “Athena Bahia”), comunica aos seus acionistas que: A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada, em primeira convocação, em 03 de fevereiro de 2025 (“AGE”), aprovou, dentre outras matérias, **(A)** o grupamento da totalidade das 420.758.081 (quatrocentos e vinte milhões, setecentas cinquenta e oito mil, oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, pelo fator de grupamento de aproximadamente **1.500.000 (um milhão e quinhentas mil)** ações para formar **1 (uma)** ação, sem a modificação do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.) (“Grupamento de Ações”); e **(B)** a incorporação da Companhia pela **Athena Saúde Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, Sala F, Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 31.701.408/0001-14, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.522.681 (“Athena Brasil” e “Incorporação”, respectivamente). As principais características e impactos do Grupamento de Ações e da Incorporação estão devidamente descritos nos itens a seguir: **A) Do Grupamento de Ações da Companhia. 1. Fator de Grupamento.** O fator de grupamento foi aprovado na AGE na proporção de aproximadamente **1.500.000 (um milhão e quinhentas mil)** ações ordinárias para cada **01 (uma)** ação ordinária após o Grupamento de Ações. **2. Ajuste da Posição Acionária.** Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, a encerrar-se no dia 14 de março de 2025, para que os acionistas detentores de ações ordinárias possam, a seu exclusivo critério, ajustar suas posições de ações em lotes múltiplos de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos 1 (uma) ação após a efetivação do Grupamento de Ações. A administração da Companhia poderá se engajar no auxílio aos acionistas que manifestarem seu desejo de permanecer na Companhia com ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações. **3. Tratamento das Frações Remanescentes.** Transcorrido o prazo estabelecido para o ajuste das posições por parte dos acionistas da Companhia, ou seja, a partir de 14 de março de 2025, as eventuais frações de ações resultantes do Grupamento de Ações serão reembolsadas, pela Companhia, aos acionistas que não ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações no prazo previsto no **item 2** acima, devendo os recursos serem transferidos para a conta bancária dos referidos acionistas cadastradas na Companhia ou, para os acionistas que não tenham dados bancários cadastrados na Companhia, os recursos ficarão disponíveis para retirada, pelos referidos acionistas, na sede da Companhia. **B) Da Incorporação da Companhia. 1. Direito de Retirada.** A aprovação da Incorporação confere aos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, independentemente da classe ou espécie, que não aprovaram a Incorporação, seja por voto contrário, abstenção ou não comparecimento (“**Acionistas Dissidentes**”), o direito de retirada, conforme a seguir detalhado: **1.1. Acionistas que Farão Jus ao Direito de Retirada.** Será assegurado aos Acionistas Dissidentes, conforme apurado na AGE, o direito de retirar-se da Companhia (“**Direito de Retirada**”), nos termos do artigo 252, § 2º da Lei das S.A. O exercício do Direito de Retirada, em relação à totalidade ou parte das ações da Companhia, é assegurado aos Acionistas Dissidentes em relação às ações de emissão da Companhia das quais, comprovadamente, eram titulares até a data de realização da AGE. **1.2. Prazo para o Exercício do Direito de Retirada.** O Direito de Retirada poderá ser exercido em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação deste Aviso aos Acionistas no jornal “Data Mercantil”, ou seja, se iniciará em 13 de fevereiro de 2025 e se encerrará em 14 de março de 2025 (“**Prazo para Exercício da Retirada**”), extinguindo-se por decadência o Direito de Retirada do Acionista Dissidente que não o exercer nesse prazo. **1.3. Valor do Reembolso por Ação.** Nos termos do Protocolo e Justificação, os Acionistas Dissidentes que exercerem o Direito de Retirada da Companhia receberão, na data e forma de pagamento previstas no **item 1.4** abaixo, a título de reembolso, o valor de aproximadamente R\$ 144,57937956 por ação, que corresponde ao valor patrimonial por ação da Companhia, conforme demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2024, aprovadas em sede da AGE, já considerados, para esse fim, os efeitos decorrentes do Grupamento de Ações (“**Valor do Reembolso**”). Adicionalmente, os acionistas presentes aprovaram no âmbito da AGE a dispensa da elaboração do laudo de avaliação para fins de cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores da Companhia com base no valor do patrimônio líquido das ações da Athena Brasil e da Companhia, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado, nos termos do artigo 264 da Lei das S.A. **1.4. Procedimento para Exercício do Direito de Recesso.** Os Acionistas Dissidentes deverão comparecer à sede da Companhia e preencher o formulário lá disponível, devendo, para tanto, apresentar cópia, juntamente com os originais (para conferência) dos seguintes documentos: (a) **Acionista Pessoa Física:** Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de endereço atualizado e carta de próprio punho (solicitando a retirada); e (b) **Acionista Pessoa Jurídica:** Cópia autenticada do último Estatuto Social ou Contrato Social consolidado, cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), documentação societária outorgando poderes de representação, cópias autenticadas do CPF, da Cédula de Identidade (RG) e do comprovante de residência atualizado de seus representantes e carta de próprio punho (solicitando a retirada). Os acionistas que se fizerem representar por procurador deverão entregar, além dos documentos acima referidos, o respectivo instrumento de mandato, o qual deverá conter poderes especiais para que o procurador manifeste em seu nome o exercício do direito de recesso e solicite o reembolso das ações. **1.5. Data de Pagamento.** O pagamento do valor das ações reembolsadas será realizado pela Companhia, ou por sua eventual sucessora, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do término do prazo para o exercício do direito de retirada. **1.6. Reconsideração da Operação.** Nos termos do artigo 137, § 3º, da Lei das S.A., nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do Prazo para Exercício da Retirada, o Conselho de Administração da Athena Brasil e a Diretoria da Athena Bahia poderão, se entenderem que o pagamento do valor de reembolso aos acionistas que tenham efetivamente exercido o direito de retirada coloca em risco a estabilidade financeira das Partes, convocar as respectivas assembleias gerais para ratificar ou reconsiderar a Operação. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre eventuais novas informações do assunto objeto do presente aviso aos acionistas. São Paulo/SP, 12 de fevereiro de 2025. **Athena Bahia Participações S.A. Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente; **Carmem Campos Pereira** – Diretora Financeira.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



ICP Brasil

#

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**





EPR 2 Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 - NIRE 35300638085

**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2025**  
**I. Data, Horário e Local:** Em 28 de janeiro de 2025, às 17 horas, no endereço da sede social da **EPR 2 Engenharia S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, andar 6, conjunto 65, Sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), conforme alterada, em razão da presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **III. Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), no dia 27 de janeiro de 2025, hash de publicação A3E56BAC6BB547A9CA51DD69EAD9A001F0F4819, conforme previsto nos artigos 289 e 294 da Lei 6.404 e na Portaria nº 12.071, de 07 de outubro de 2021 do Ministério da Economia, dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios e a observância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404, nos termos do parágrafo quarto do referido artigo. **IV. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior. **V. Ordem do Dia:** Appreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) a análise, discussão e aprovação dos relatórios da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social de 2024 da Companhia; e (ii) a destinação dos resultados auferidos relativos ao exercício social de 2024 da Companhia; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) a alteração do artigo 20 do estatuto social da Companhia; e (ii) a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia. **VI. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2024, as quais foram disponibilizadas, apresentadas e analisadas pelos presentes, bem como devidamente publicadas na Central de Balanço do SPED; (ii) aprovar, sem ressalvas, tendo em vista que houve lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor total de R\$ 50.929.684,60 (cinquenta milhões, novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), que: a) o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), será destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei 6.404 e art. 21, I do estatuto social da Companhia; b) o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será destinado à reserva de lucros e; c) o valor de R\$ 50.429.654,60 (cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) será distribuído aos acionistas, a título de dividendos. Os dividendos ora declarados serão pagos em até 05 (cinco) dias úteis da presente data. Os acionistas autorizam, ainda, o pagamento de dividendos por meio da compensação de eventuais créditos, incluindo os oriundos de eventuais instrumentos de dívida, que a Companhia possua contra os acionistas. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a alteração do artigo 20 do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 20** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável." (ii) de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação consoante no Anexo I desta ata. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404 que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VIII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior; Acionista: EPR 2 Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior), São Paulo, 28 de janeiro de 2025. JUCESP nº 51.031/25-5 em 07/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º** - A **EPR 2 Engenharia S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("**Acordo de Acionistas**") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, Andar 6º, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento fiscalizatório, supervisão e administração de obras no geral. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 100 (cem) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("**Assembleia Geral**"). **Parágrafo 2º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 3º** - Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo 4º** - Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **Parágrafo 5º** - A alienação e a operação de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou operação efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Parágrafo 6º** - A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **Parágrafo 7º** - É vedada a a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º** - Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º** - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º** - Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º** - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **Parágrafo 1º** - Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **Parágrafo 2º** - Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. **Parágrafo 4º** - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 5º** - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo 6º** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10º** - Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia; (iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iv) transformação do tipo societário; (v) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vi) registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vii) dissolução e liquidação da Companhia; (viii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (ix) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (x) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (xi) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xiii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiv) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (xv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xvi) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xviii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; (xix) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xx) celebrar, alterar ou resiliar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; (xxi) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xxii) alienação ou operação de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xxiii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxiv) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxv) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xxvi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11** - Observado o disposto

no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12** - O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13** - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º** - Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável. **Parágrafo 5º** - Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Artigo 14** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, todos sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição. **Parágrafo 1º** - Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º** - Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **Parágrafo 3º** - Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Artigo 15** - A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer um dos Diretores. **Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º** - As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 4º** - Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores. **Parágrafo 5º** - As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16** - A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 17** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas, federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único** - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 18** - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 19** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 20** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Artigo 21** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 22** - A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 23** - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Artigo 24** - A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º** - O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º** - A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou operação de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 25** - Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("**Conflito**") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("**Lei de Arbitragem**"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("**Regulamento**"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("**Tribunal Arbitral**"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou a escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será lida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consulatações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo X. Disposições Gerais. Artigo 26** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo, 28 de janeiro de 2025.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/02/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
**www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

